

SISTEMA PENITENCIÁRIO: CORPOS PRESOS E EM NOVA PRIVAÇÃO

Stephanny Silva Ferreira ¹
Taíse Januário de Oliveira ²
Leconte de Lisle Coelho Júnior ³

RESUMO

A privação de liberdade é uma das formas de cumprir pena por algum crime cometido, no qual é relevante a precariedade no modo como acontece. Essa precariedade pode se agravar ainda mais por questões de gênero, onde há a inclusão do grupo LGBT compondo essa população carcerária que geralmente é regida por padrões de heteronormatividade. Este trabalho buscou realizar uma análise documental em trabalhos do Google Scholar com temáticas referentes ao grupo LGBT como parte da população carcerária. Foram selecionados 10 artigos, aos quais tiveram seus resumos analisados pelo software Iramuteq que construiu um dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente que destaca os elementos presentes na análise de dados que apresentou 3 classes distintas. A classe 1 com 38,1% aborda a presença de mulheres transexuais compondo a população carcerária. Esta classe deixa claro o enquadre transexual como homossexual sem qualquer outra distinção. As classes 2 e 3 compostas de 32% e 29,9%, respectivamente, remete a criação de políticas públicas que visam diminuir o preconceito e violência no interior das penitenciárias por razões de gênero. Contudo, podemos reafirmar a necessidade de cumprir leis que garantam a integridade do indivíduo em qualquer contexto, visando diminuir as desigualdades.

Palavras-chave: LGBT, Penitenciária, Direitos Humanos, Preconceito e Defesa.

INTRODUÇÃO

A privação de liberdade, proposta nos sistemas prisionais, foi elaborado como modo de padronização da sociedade, que também traz a questão da segurança que a sociedade almeja e necessita, mas, infelizmente, o nosso sistema acabou se tornando muito falho. Já não é nenhuma novidade falar sobre as atrocidades e a desumanização presente no sistema carcerário de nosso país. Agora refletiremos outro ponto, se o sistema penitenciário já é tido como ruim, imagine a situação somada com as questões de gênero, principalmente as que não estão dentro dos parâmetros heteronormativos (MATOS, 2018).

O posicionamento da heteronormatividade dentro do contexto prisional acaba sufocando o reconhecimento e necessidades do grupo LGBT, uma vez que eles fossem dos

¹ Graduando do Curso de Psicologia da Uninassau Campina Grande – PB, sthersther.sf@gmail.com

² Graduado pelo Curso de Psicologia da Uninassau Campina Grande - PB, taise15081998@gmail.com.

³ Professor orientador: Doutor e Docente em Psicologia, Centro Universitário Uninassau - PB, lecontecoelho@gmail.com

padrões impostos. Dessa forma, os processos de repressão, preconceito e discriminações, que já são efetuados na sociedade, agora são otimizados dentro das penitenciárias (CAPPELLARI, 2018). Desta forma é possível identificar os processos presentes entre os presos que não se encaixam dentro dos padrões. Nas prisões masculinas, expressões como “mona, “ bicha”, “viado” entre outros são utilizados para categorizar essa população. Esse tipo de classificação é, em grande parte, uma resposta e repetição dos códigos heteronormativos práticas e embasadas nos ideias da masculinidade presentes em nossa sociedade (ZAMBONI, 2016). Isto não é apenas vergonhoso, mas preocupante, quando se olhado pelo lado de que ferimos constantemente os direitos internos como também direitos internacionais.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa documental, onde foi utilizada a plataforma de pesquisa Google Scholar, com os seguintes descritores “presídio” e “lgbt” e “Brasil” e “preconceito”. Foi obtido um resultado de 816 trabalhos (artigos, teses, monografias entre outros). Foi utilizado os seguintes critérios de seleção: a) apresentar todos os descritores em alguma parte do texto; b) está dentro da temática violência e preconceitos contra lgbt’s dentro dos presídios brasileiros; c) ser necessariamente um artigo; d) apresentar relevância (pesquisas mais recentes e bem definidas) para o tema. Sendo assim, foram selecionados 10 artigos, aos quais tiveram seus resumos analisados pelo software Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

DESENVOLVIMENTO

O reconhecimento dos direitos LGBT’s vem ganhando, mesmo de forma lenta, espaço dentro das políticas públicas, assim carregando consigo as demandas sociais que precisam serem ouvidas e resolvidas o mais rápido possível. Essa visibilidade dentro das políticas e nos meios sociais bate de frente com a sociedade conservadora e heteronormativa a qual estamos inseridos (LAUXEN; CAMARGO, 2016). Tendo em vista a vista a violência que que impede a manifestação da sua sexualidade, o que desconfigura a identidade desses seres, é reivindicada como condições mínimas de vivências dentro desses espaços de privamento. Com a criação de alas específicas para o grupo LGBT, em especial para os transgêneros, houve uma diminuição nos níveis de “violência clássica”(violência sexual, física, social, psicológica, o corte do cabelo nas penitenciárias masculinas) praticadas contra essa

população. A partir dessas mudanças contextuais e estruturais, segundo Araújo (2015) e Rosa (2016) ocorreu o fenômeno de outro tipo de violência contra essa população, de cunho mais simbólico e subjetivo: dificuldade da manutenção de suas identidades.

A dificuldade ao acesso a cosméticos, maquiagem, roupas (neste caso as que correspondem a sua expressão da identidade de gênero e não a do sexo biológico), serem colocadas para tomar banho de sol sem camisa (até mesmo as que possuíam próteses de silicone), e por muitas vezes, ou quase sempre, serem chamadas pelo nome de batismo. Isso tudo que foi descrito até aqui vai contra a orientação presente na Resolução Conjunta do Conselho Nacional de Combate à discriminação (CNCD/LGBT) de 17 de abril de 2014 e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que prever no seu artigo 4º que as pessoas que são transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para unidades prisionais femininas, haja vista que suas necessidades e segurança seriam mais bem assistenciadas nesses locais.

Segundo Lauxen e Camargo (2016), dentro do contexto do sistema prisional, é da responsabilidade da equipe técnica garantir os direitos previstos pela Declaração dos Direitos Humanos, ou seja, manter a dignidade do ser, assistência social, jurídica e psicológica, higienização, preservação da vida entre outros pontos. A mesma autora ainda afirma que os membros do grupo LGBT sofrem em diversos âmbitos dentro do contexto carcerário pois além de enfrentarem preconceitos e discriminações ainda se deparam com violências de cunho físico e sexual, e não são chamados/respeitados pelos seus nomes sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para entender o que os especialistas produzem acerca da temática, foi necessário buscar seus trabalhos publicados. Desta forma, como o Google Scholar é uma das grandes plataformas de exposição de pesquisas e dados científicos atualmente, ela foi escolhida para servir de patamar para desenvolver este estudo.

Dos 10 artigos derivados da pesquisa, 3 textos foram publicados no ano de 2016, e dois no ano seguinte: 2017. O restante, foram publicados em 2018 ($N= 5$), evidenciando que de fato a temática é atual e relevante. 7 artigos estão inseridos em periódicos do curso de graduação em direito, um está relacionado à área de antropologia, e o outro num periódico interdisciplinar.



Tabela 1 – Base de Artigos da Pesquisa

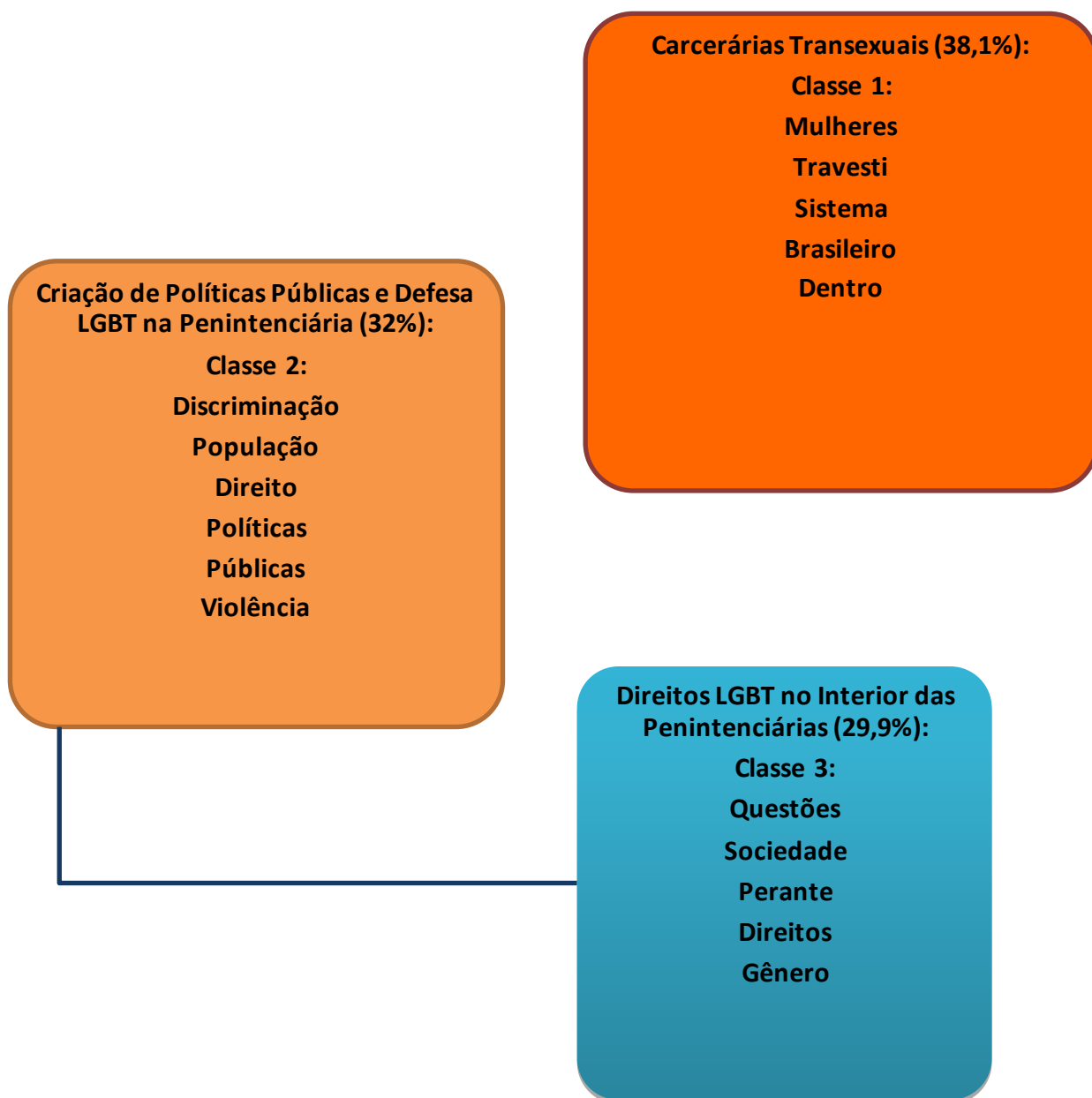
PROCEDÊNCIA	TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	PERIÓDICO	CONSIDERAÇÕES
Google Scholar	Identidade de gênero sob a perspectiva do sistema prisional.	MATOS, Ana B. O.	Ideias e Inovação-Lato Sensu, v. 4, n. 2, p. 45, 2018.	Reconhecimento da lei e resoluções específicas da maneira de tratamento dos LGBT
Google Scholar	Gêneros encarcerados: LGBTs no sistema prisional brasileiro.	CAPPELLA RI, Mariana P. M.	Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas, v. 4, n. 1, 2018.	Problematização dos chamados padrões de acolhimento da população LGBT privada de liberdade..
Google Scholar	A Justiça E As Travestis: Uma Análise De Suas Relações Na Cidade De Catalão-GO.	BRANDÃO, Rodrigo R.F.	O Direito Alternativo, v. 3, n. 1, 2016.	Foi utilizado como fonte principal processos criminais arquivados no Fórum Municipal e tem como personagens as travestis.
Google Scholar	Cárcere, sistema interamericano e a medida provisória complexo curado vs. brasil: proteção ou neocolonialismo?	DAMAZIO, Natália	Cadernos do Seminário da Pós, v. 1, n. 1, 2016.	A pesquisa proposta visa compreender se o Sistema Interamericano de Direitos em relação aos LGBT.
Google Scholar	A mulher transgênero no sistema carcerário sob a ótica dos direitos humanos.	TARASTCH U, João P. M. K.; AURICHIO JUNIOR, Roberto	Tuiuti: ciência e cultura, v. 5, n. 57, p. 176–206-176–206, 2018	O presente artigo faz uma profunda análise acerca de gênero, identidade de gênero e do status de transgênero; estuda o direito à igualdade da população encarcerada.
Google Scholar	Transgêneros no cárcere: da violência física para a simbólica	LIMA, Nathalia S.; ALENCAR, Joaquim C. K.	Revista jurídica direito, sociedade e justiça, v. 7, 2018.	Trabalho desenvolvido que permitiu colheita de entendimentos e pareceres daqueles que estudam a fundo questões de gênero.



Google Scholar	Travestis e transexuais privadas de liberdade: A (des) construção de um sujeito de direitos.	ZAMBONI, Marcio	Revista Euroamericana de Antropología, v. 2, p. 15-23, 2016.	O objetivo deste artigo é apresentar uma análise preliminar dos dados produzidos pelo Núcleo Especializado em Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.
Google Scholar	“Narciso acha feio o que não é espelho”: a seletividade social e punitiva e a violação de direitos humanos sob a perspectiva heteronormativa.	WERMUTH, Maiquel Â. D.; FONTOUR A, Leticia.	Revista Jurídica (FURB), v. 21, n. 44, p. 45-84, 2017.	O artigo perspectiva a situação das mulheres transexuais e travestis segregadas em prisões masculinas.
Google Scholar	Travestilidade, prostituição e encarceramento: negação de direitos e “gestão de ilegalismos”.	VIDAL, Júlia S.; PAIXÃO, Olívia V. B.	Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 22, n. 2, 2018.	Analisar os entroncamentos entre gênero, travestilidade e sistemas privativos de liberdade.
Google Scholar	O trabalho nas alas lgbt das unidades prisionais masculinas na região metropolitana de Belo Horizonte (MG)	GUEDES, Débora do C. M.; OLIVEIRA, Karina R.; OLIVEIRA, Roberta G.	Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena, v. 21, n. 2, 2017.	Experiências obtidas durante visitas técnicas aos pavilhões de homossexuais dos presídios da região metropolitana de Belo Horizonte, conhecidos como Ala Rosa.

A seguir, o dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) destaca os elementos presentes na análise de dados. O corpus textual foi composto por 10 textos que continham 720 palavras ou formas distintas que ocorreram 1657 vezes. Para análise que se seguiu, foram considerados as palavras com frequência igual ou superior a 3 com $\chi^2 \geq 3,04$. A CHD reteve ocorrência de 31,32% e 72,08% de formas ou palavras analisáveis, gerando assim três classes.

Os dados da CHD são representados no dendrograma abaixo (Figura 1):



Com 38,1% na cor laranja, a classe 1 traz 6 palavras: mulheres, travesti, além, transexuais, brasileiro, sistema. Podemos identificar nesta classe a presença de mulheres transexuais compondo a população carcerária. Esta classe traz especificamente o transexual que neste contexto é clara o enquadre como homossexual sem distinções de qualquer outra natureza (BRANDÃO, 2016. Pág. 28).

Nas classes 2 e 3 compostas por 32% se distinguindo por cores bege (32%) e azul (29,9%) respectivamente, as palavras que compõem nos remete a criação de políticas públicas que visam estancar a propagação de preconceito e a violência de gênero sofrida no interior das penitenciárias. Conforme afirma Tarastchuk e Auruchio Junior (2018), atualmente gays e travestis que em situação prisional masculino tem direito a escolha de conviver em alas para vivências específicas que visem maior segurança. As palavras contidas na classe 2 somam um total de 16 palavras que são: objetivo, artigo, tem, violência, transgênero, discriminação, carcerário, essa, acerca, direito contra, LGBT, população, públicas, políticas e diante. Já na classe 3, são 23 palavras: tanto, partir, perante, sociedade, também, questões, mulher, formar, parar, ser, pessoa, quanto, humanos, direitos, sistema, população, pesquisa, Brasil, gênero, transexuais, violência, gay e dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou fazer uma análise de dados de textos que englobam situação de grupos LGBT que estão inseridos no sistema carcerário e de que modo estão inseridos de acordo sua vulnerabilidade. Esta análise de dados mostra o quão atual é a inserção do grupo LGBT na composição da população carcerária, bem como a presença da homofobia e violência de gênero nesse contexto. Em um âmbito onde há o compartilhamento de determinadas normas morais geralmente transgressora de direitos humanos fundamentais, identifica-se a necessidade de reforçar a defesa dos direitos humanos com equidade que garanta a todos em situação de privação de liberdade a sua integridade e proteção até a conclusão do período de cumprimento de sua pena, principalmente a discriminação homofóbica em razões de gênero e orientação sexual.

Todavia, verifica-se que falar em pessoas em situação de privação de liberdade é falar de contexto precário em que há principalmente precariedade em cumprir normas diante das condições encontradas. O contexto penitenciário já carrega consigo um lugar de exclusão social carregado de estigmas preconceituosos, pior ainda se dá quando se trata de um indivíduo LGBT vivendo neste âmbito. É preciso compreender que ser homossexual de qualquer natureza a quem se refira, é questão de identidade do ser e que infelizmente há a necessidade de dar visibilidade a esta causa que possui números crescentes em violência, construindo assim para a diminuição de desigualdades e de uma sociedade mais segura e livre para todos.

É importante a busca da quebra das desigualdades em todos os espaços onde há sujeitos vulneráveis para que favoreça assim a sua vivência, neste caso, para que haja o mínimo de dignidade aos sujeitos encarcerados que estão sob exclusão e julgamento social. É preciso colocar em prática através de pequenos gestos os direitos LGBT como o reconhecimento e tratamento por nome social, garantia de que nos espaços carcerários apesar de masculino, haverá a manutenção do gênero no qual o este se identifica e acima de tudo propagar o respeito e desconstrução de preconceito através de educação. Só assim o sistema de reclusão terá eficácia na contribuição para reconstruir individualidades e criar oportunidades de crescimento, a fim de evitar o retorno deste a este ambiente.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Paulo. Transexuais sofrem agressões e abusos dentro de penitenciárias. <
<https://bit.ly/2M2kfy3> > Acesso em: 14/04/2019
- BRANDÃO, Rodrigo R.F. A justiça e as travestis: uma análise de suas relações na cidade de Catalão–GO. **O Direito Alternativo**, v. 3, n. 1, 2016.
- CAPPELLARI, Mariana Py Muniz. Gêneros encarcerados: LGBTs no sistema prisional brasileiro. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 4, n. 1: 91-112, 2018.
- DAMAZIO, Natália. Cárcere, sistema interamericano e a medida provisória complexo curado vs. brasil: proteção ou neocolonialismo? **Cadernos do Seminário da Pós**, v. 1, n. 1, 2016.
- GUEDES, Débora do C. M.; OLIVEIRA, Karina R.; OLIVEIRA, Roberta G. O trabalho nas alas lgbt das unidades prisionais masculinas na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 21, n. 2, 2017.
- LAUXEN, Iarani Augusta Galucio; CAMARGO, Caroline Cristine Costa. O trabalho de assistentes sociais na garantia de direitos a população lgbt em cumprimento de pena privativa de liberdade. In: **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. 2016. p. 160-174.
- LIMA, Nathalia Sartori; DE ALENCAR, Joaquim Carlos Klein. Trangêneros no cárcere: da violência física para a simbólica. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v. 7, 2018.
- MATOS, Ana Beathriz Oliveira. Identidade de gênero sob a perspectiva do sistema prisional. **Ideias e Inovação-Lato Sensu**, v. 4, n. 2, p. 45, 2018.
- ROSA, Vanessa de Castro. Mulheres transexuais e travestis no sistema penitenciário: a perda da decência humana e do respeito aos Direitos Humanos. In: **Boletim – 280 – Março/2016**. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5730-Mulheres-transexuais-e-

travestis-no-sistema-penitenciario-a-perda-da-decencia-humana-e-do-respeito-aos-Direitos-
Humanos>. Acesso em 14/09/19

TARASTCHU, João P. M. K.; AURICHIO JUNIOR, Roberto. A mulher transgênero no sistema carcerário sob a ótica dos direitos humanos. **Tuiuti: ciência e cultura**, v. 5, n. 57, p. 176–206- 176–206, 2018

VIDAL, Júlia S.; PAIXÃO, Olívia V. B. Travestilidade, prostituição e encarceramento: negação de direitos e “gestão de ilegalismos”. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 22, n. 2, 2018.

WERMUTH, Maiquel Â.D.; FONTOURA, Letícia. “Narciso acha feio o que não é espelho”: a seletividade social e punitiva e a violação de direitos humanos sob a perspectiva heteronormativa. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 21, n. 44, p. 45-84, 2017.

ZAMBONI, Marcio. Travestis e transexuais privadas de liberdade: A (des) construção de um sujeito de direitos. **Revista Euroamericana de Antropología**, v. 2, p. 15-23, 2016.